



PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Governo garante que Sector Social não será discriminado



PARADA DE GONTA, TONDELA

ASSODREC inaugura
ERPI e Centro de Dia
para cerca de 50 utentes



POMBAL

ACUREDE estreia nova
Creche do Grou num
investimento da autarquia



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
António José Seguro
promulga programas
“Voltar a Casa” e PSU

CNIS NA MADEIRA

Governo Regional vê nas IPSS verdadeiros parceiros estratégicos



Uma comitiva da CNIS, composta pelo presidente, padre Lino Maia, vice-presidente, Eleutério Alves, e elementos do Departamento Técnico, deslocou-se à Madeira onde, ao longo de dois dias, teve reuniões de trabalho com instituições madeirenses e governantes regionais, tendo apadrinhado a tomada de posse dos novos órgãos sociais da União das IPSS para o quadriénio 2026-2029.

FESTA DA SOLIDARIEDADE

Leiria acolhe a Chama nos dois primeiros dias de outubro

Opinião

José Figueiredo
Economista



A inteligência artificial e os impostos

Vivemos atualmente uma das maiores transformações na história da humanidade. A inteligência humana foi capaz de criar máquinas inteligentes que, em muitos aspetos, superam a inteligência comum.

A inteligência artificial (IA) está a mudar as nossas vidas em muitos aspetos. Para muitos é um meio de simplificar e facilitar tarefas rotineiras como elaborar um email, escrever a base de um texto, esquiçar uma apresentação ou realizar um vídeo, para outros, como é o meu caso, tornou muito mais fácil aceder a informação de todo tipo, como informação estatística, factos históricos, etc...

A IA promete um crescimento exponencial da produtividade na medida em que, podendo entregar a uma máquina as tarefas banais e repetitivas, consumidoras de tempo e recursos, mas pouco produtivas, podemos dedicar as nossas capacidades em aplicações de maior valor acrescentado.

A verdade é que os aumentos de produtividade, que porventura sentimos ao nível das nossas vidas individuais, ainda não se manifestam nas estatísticas macroeconómicas. A maior parte das empresas que adotou mecanismos de IA não reporta para já qualquer efeito

significativo ao nível da produtividade.

Mas essa visibilidade nos ganhos de eficiência é apenas uma questão de tempo. Mesmo o que hoje conhecemos vulgarmente como IA, ou seja, modelos de LLM, acrónimo do inglês Large Language Models, acabará por provocar aumentos de produtividade significativos em muitos setores de atividade, provavelmente com o dano colateral de destruição de muitos empregos. Ao contrário das revoluções tecnológicas anteriores, que destruíram sobretudo empregos de baixa e média qualificação, a IA tem o potencial de destruir muitos empregos de qualificação média e alta.

Acredito que os verdadeiros e gigantescos aumentos de produtividade da IA haverão de se manifestar não tanto através das potencialidades e da crescente adoção dos modelos de LLM, por significativas que sejam, mas antes através de um salto qualitativo na esfera da robotização. A IA vai não só aumentar a capacidade dos atuais sistemas robotizados como, sobretudo, vai permitir o alargamento da robotização muito para além daquele que era o seu domínio de aplicação principal, ou seja, as manufaturas.

De qualquer forma anda por aí um temor, quase pânico, pelo potencial

destrutivo da IA ao nível do emprego. Acreditamos que esses receios são deslocados. Todas as revoluções tecnológicas do passado destruíram empregos à medida que outros eram criados. Cerca de 60% do emprego atual numa sociedade típica de capitalismo avançado está colocado em profissões que nem sequer existiam antes da segunda guerra mundial. Deslocações e desencontros entre procura e oferta de emprego, e consequentemente bolsas de desemprego aqui e ali serão inevitáveis, mas é nossa convicção que se tratará sobretudo de fenómenos de fricção que serão absorvidos com o tempo.

Embora não antecipemos um qualquer cataclismo ao nível do emprego, a verdade é que a IA tem o potencial de agravar de forma exponencial os fatores negativos que já observamos com a emergência da economia digital, em particular o cada vez maior desequilíbrio na distribuição de rendimentos entre capital e trabalho. Desde os anos oitenta que a percentagem dos rendimentos do trabalho no total do rendimento nacional está a cair, ou seja, verifica-se uma deslocação crescente dos rendimentos para a área do capital.

Muitos dos sistemas sobre os quais assenta o nosso viver coletivo, nomeadamente os sistemas fiscais e os diversos mecanismos de proteção social, estão a resistir mal à queda de seis ou sete pontos na quota do trabalho no total do rendimento como aquela que foi provocada pela primeira revolução digital.

O problema está em que a revolução em curso pode acelerar e multiplicar este processo para patamares que seriam impensáveis há apenas um par de anos atrás.

O potencial de crescimento da IA

na produtividade global e a capacidade de deslocação de rendimento para a área do capital são de tal ordem que já há quem elabore cenários em que, num horizonte de três décadas, a quota do trabalho no rendimento nacional seja pouco superior a 20%.

Como é evidente, se um tal cenário se materializar, ou mesmo num cenário mais atenuado, não será possível continuar a financiar o estado com base na tributação do trabalho, o atual IRS, como não será possível financiar a segurança social com base numa taxa calculada sobre as remunerações do trabalho.

Sendo certo que a obsolescência dos sistemas fiscais tal com os conhecemos hoje será evidente dentro de alguns anos, como podemos antecipar a evolução dos mesmos?

Parece evidente que a tributação terá de seguir o rasto da distribuição do rendimento, isto é, será necessário tributar mais o capital.

Não é apenas a tributação dos lucros das empresas que terá de aumentar, a própria tributação dos ganhos de capital, simplificando as mais valias, terá de ser alargada e agravada.

Deveríamos pensar numa tributação específica da deslocação dos custos das empresas de custos laborais para custos de capital em resultado das aplicações de IA e da robotização como forma de compensar o orçamento do estado e a segurança social das perdas em resultado da redução do peso das folhas de férias no valor acrescentado das empresas.

Acreditamos que uma evolução dos sistemas fiscais neste sentido será inevitável, contudo, pode ser insuficiente.

A intensificação capitalista em

resultado da IA e da robotização não vai apenas tornar a distribuição do rendimento cada vez mais desigual, vai desequilibrar ainda mais a distribuição da riqueza.

É possível numa sociedade de capitalismo avançado moderna que os 0,1% mais ricos da sociedade concentrem três quatro vezes a riqueza da metade mais desfavorecida da população, ou seja, estamos neste domínio a caminho de um novo feudalismo.

É, por isso, que defendi já no espaço deste jornal a necessidade de pensarmos seriamente na introdução de impostos sobre as fortunas reduzindo na mesma ordem de grandeza a tributação sobre os rendimentos.

Todos sabemos das dificuldades gigantescas de montar um sistema de tributação eficaz sobre as fortunas. O problema é que, provavelmente, num futuro não muito longínquo não haverá alternativa a não ser que aceitemos um risco enorme de disrupção total da ordem social como a conhecemos hoje. Os muito ricos haverão de reconhecer, a não ser que aceitem viver em bunkers, que uma contribuição com base na riqueza é incontornável.

Finalmente só uma palavra sobre soluções que não funcionam. Recentemente um conhecido economista português sugeria que deveríamos tributar menos os rendimentos e mais o consumo. Quando 70 ou 80% dos rendimentos forem rendimentos de capital que consumo haverá para tributar? Malas de senhora que custam dez mil dólares? Joias? Automóveis de luxo?

Se o plebeísmo me é permitido creio que o ilustre economista não está bem a ver o filme!

Opinião

Eugénio Fonseca



Por uma democracia melhor

Vivemos num regime democrático. Este modelo de governação não é novo. Remonta aos tempos da Grécia Antiga. Não sendo, ainda, um modelo perfeito, é aquele que melhor assegura, entre outros, dois princípios fundamentais para que os cidadãos, individual e/ou coletivamente, vejam respeitada a sua dignidade como pessoas. Refiro-me à liberdade e à participação. Como sabemos, a própria etimologia da palavra “democracia” aponta para o cumprimento destes dois princípios. Ela associa duas palavras gregas: “demos” (povo) e “kratos” (poder).

Quer significar o poder do povo que se exprime no direito que tem de eleger quem quer que governe e de participar nas tomadas de decisão. Quando não se criam condições motivadoras, conscientes e responsáveis para a prática destes direitos, a democracia fica ameaçada. Este perigo expressa-se na progressiva abstenção do povo quando é chamado a escolher os governantes, assim como na falta de interesse por criar e manter as Organizações que têm a finalidade de cooperar com o Estado no desenvolvimento e concretização das políticas que

visam o bem-estar de todos. A liberdade e a participação constrói-se na medida em que o povo e as instâncias que os representam sintam que a fundamental preocupação dos governantes é a construção do bem comum e não a defesa de interesses corporativos, por mais poderosos que sejam eles de qualquer natureza. A democracia constrói-se sempre que são fortalecidos os poderes legislativo, governativo e judicial. Mas para que tal aconteça é indispensável o contributo do poder local e dos órgãos intermédios, pois através deles melhor se concretiza outro dos princípios fundamentais para a vivência democrática que é a subsidiariedade. Trata-se de um procedimento que, antes de mais, responsabiliza o povo, porque aponta para o dever de corresponsabilidade que todos têm, na cooperação em tudo o que a todos diga respeito.

Aquilo que podem fazer os cidadãos e as suas organizações, não

deve ser exigido ao poder local nem ao governo nacional que o faça. É no cumprimento deste princípio, com o qual estão relacionados a liberdade e a participação, que se fundamenta o direito de associação. Para uma melhor organização da sociedade, também é esperado que todos respeitem as leis e normas justas e denunciem as que desrespeitem o princípio da equidade. Espera-se também que o poder judicial faça cumprir estas determinações com critérios que se apliquem a todos, independentemente do estatuto económico e social.

Ao Estado pede-se a criação de políticas públicas que providenciem outros dois princípios fundamentais que são a justiça social e a solidariedade, para que ninguém fique excluído das oportunidades que conduzem a melhores condições de vida. Por outro lado, o Estado deve criar condições para que não se permita a concentração

da riqueza nas mãos de poucos, em detrimento da maioria. Para uma melhor concretização destes atributos o governo central deve partilhar o seu poder com as autarquias e as organizações da sociedade civil, através da celebração de acordos transparentes, sérios, seguros e sem dualidade de critérios. Os que exercem a política ativa assumam essa nobre forma de cidadania como um serviço e não uma profissão, alicerçados em fundamentos éticos que prestigiem os seus comportamentos. Sejam, ainda capazes de secundarizarem as suas ideologias, sempre que estiver em causa a resolução de problemas que atentem contra a dignidade dos cidadãos e a defesa e proteção dos animais e do ambiente. Nas suas relações políticas deem exemplo de urbanidade.

Quanto melhor for a democracia maior será a corresponsabilidade de todos e se caminhará para que haja mais “amizade social”.



Maria João Quintela
Vogal Direção da CNIS

Editorial

Plano interministerial e intersectorial para a Saúde e Longevidade da população (I)

O caminho da consciencialização pública e política sobre a necessidade de um Plano interministerial e intersectorial para a Saúde e Longevidade da população, cuidando do envelhecimento ao longo da vida, tem já um longo caminho em Portugal, percorrido de formas diversas e não continuadas muitas vezes, com disrupções e orientações políticas inerentes aos ciclos eleitorais, sem que se tenha verificado um consenso e um propósito comum e estável no caminho a seguir.

Assim, verificam-se lacunas, sectorizações e diálogos difíceis entre os diversos atores envolvidos, mais propriamente entre os diversos sectores que deveriam estar envolvidos.

Cada Governo desenvolve auscultações dos parceiros sociais, num diálogo que em grande parte radica numa tentativa de redução de custos para o Estado, pese embora do ponto de vista técnico e da realidade demográfica, e sobretudo através de estudos desenvolvidos pela CNIS, esteja já bem demonstrado que são as estratégias que têm de se adaptar à evolução demográfica e social do País, poupando os cidadãos e as instituições que lhes prestam cuidados, à tarefa impossível de se adaptarem às mudanças sistémicas de orientações dos serviços, às novas e sucessivas mudanças de nomenclaturas e às competências para as referenciações para as respostas sociais bem como à transição das competências para as Autarquias.

É neste emaranhado de relacionamentos de competências que as Instituições Particulares de Solidariedade Social, se vêm confrontadas nos diversos tempos políticos.

São alertas à sustentabilidade face às evoluções salariais, à mobilidade dos recursos humanos, às incapacidades financeiras das famílias, ao atendimento e apoio aos mais pobres e às pessoas com deficiência, demonstrações de estudos que comprovam as variabilidades das necessidades crescentes de uma população em evolução demográfica, cultural e tecnológica, que impõe ritmos de adaptação extraordinários, diariamente, às IPSS.

As IPSS são chamadas a participar, pese embora o pequeno peso que os seus alertas têm tido no reconhecimento efetivo da sua função de proteção social, no quadro dos cuidados de saúde e sociais que já de si próprios deveriam ser abrangentes e integrados, obviando aos constantes percursos de apelo a tutelas diferentes, para as mesmas necessidades e emergências sociais.

Recorda-se aqui que a CNIS, já em 30 de setembro de 2016, desenvolveu no seu Encontro Nacional das IPSS, a temática pública das “IPSS Promotoras de Saúde – Uma influência positiva nos determinantes da Saúde”, pela consciência de uma visão holística dos cuidados e apoio prestados pelas IPSS às populações, em proximidade e em humanidade, e promoveu em 2018 o primeiro Estudo sobre o “Diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS associadas da CNIS”, consciente que era imperiosa uma evolução tão rápida quanto possível para uma real valorização dos apoios prestados, em função das necessidades crescentes.

É, portanto, sua afirmação desde sempre, que as pessoas têm necessidades múltiplas, que exigem coordenação das respostas, no seguimento de um diagnóstico e para a execução de um Plano Individual de Cuidados, na defesa do princípio da Pessoa no centro do Sistema, da sua Dignidade e inviolabilidade e do conceito de Saúde da OMS, fiel aos princípios originários, (1946):

“Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade.

O acesso ao melhor estado de saúde possível é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, independentemente de raça, religião, opiniões políticas, condição económica ou social.

A saúde de todos os povos é uma condição fundamental para a paz e a segurança mundiais; ela depende da mais estreita cooperação entre indivíduos e Estados.

Os resultados alcançados por cada Estado na melhoria e proteção da saúde são valiosos para todos.

As desigualdades entre os diferentes países no que diz respeito à melhoria da saúde e ao combate às doenças, especialmente às doenças transmissíveis, representa um perigo para todos.

O desenvolvimento saudável da criança é de fundamental importância; a capacidade de viver em harmonia com um ambiente em rápida transformação é essencial para esse desenvolvimento.

O acesso de todos os povos aos benefícios do conhecimento adquirido por meio das ciências médicas, psicológicas e afins é essencial para alcançar o mais alto grau de saúde.

Uma opinião pública bem informada e a cooperação ativa do público são de suma importância para a melhoria da saúde das populações.

Os governos têm a responsabilidade pela saúde de seu povo; eles só podem lidar com isso tomando medidas adequadas de saúde e sociais.”

Num contexto de baixa natalidade, que não renova as gerações, toma particular relevo o direito à Proteção Social, de que as IPSS e, em geral as ERSSS são os garantes operacionais e concretos junto das populações, próximas das famílias e no apoio aos mais desfavorecidos e marginalizados.

As IPSS envolveram-se totalmente no desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, diminuindo o recurso sistemático a urgências, promovendo a autonomia e independência ao longo da vida, nas situações crónicas, de saúde física e mental, na deficiência e nas ações paliativas e prevenindo o isolamento social e todas as formas de abandono da pessoa humana. Organizaram-se segundo os preceitos ditados pela Segurança Social ao longo dos tempos, criaram respostas onde muitas vezes são, na diversidade do território português, a única resposta social, a única entidade empregadora, e prestando cuidados muito para além do que o Estado comparticipa. As IPSS fizeram face a uma Pandemia que atacava preferencialmente as populações mais fragilizadas, concretamente as populações que elas próprias apoiam. É nesta qualidade de resposta às emergências sociais que também para as IPSS há que desenvolver um olhar político de reconhecimento, ao invés de um percurso centrado na distância do Estado decisor.

É a este Sector que é solicitado que “reforce a sua colaboração”, sector Solidário “que contribui para a coesão social, coesão territorial e saúde coletiva”, como afirma o Professor Doutor Américo Mendes nos Estudos promovidos pela CNIS sobre a Importância Económica e Social das IPSS em Portugal.

DR



CHAMA DA SOLIDARIEDADE PASSA POR LEIRIA DIAS 1 E 2 DE OUTUBRO

Queremos levar aos utentes um abraço de esperança e de luz

A intenção inicial da CNIS era realizar, em 2026, duas Festas da Solidariedade, em Aveiro e em Leiria, chegando assim a todos os distritos e regiões autónomas neste ciclo de presidência do padre Lino Maia. Contudo, o «comboio de tempestades» que, no final de janeiro, assolou a região centro, muito em especial o distrito de Leiria, inviabilizou a realização da iniciativa neste distrito. A verdade é que há estragos que ainda não foram restaurados, sendo que as instituições estão a viver com dificuldades... financeiras.

Ainda assim, e com a colaboração da UDIPSS Leiria e das instituições de Leiria, a CNIS vai levar avante a passagem da Chama da Solidariedade por aquele território nos dois primeiros dias de outubro. Recorde-se que, face ao imprevisto, a XIX Festa da Solidariedade irá decorrer em Aveiro, no dia 9 de outubro, sendo que desde o dia 6 a Chama percorrerá o distrito e nos dias 7 e 8 realizar-se-á o VII Congresso da CNIS, subordinado ao tema «Pobreza e Proteção Social».

Para já, o que está previsto para o início de outubro é que a Chama da Solidariedade marque presença, no dia 1, nos concelhos de Castanheira de Pera e Alvaiázere e, no dia 2, pelo concelho de Leiria.

“Ainda estamos a fazer os contatos e convites à participação, mas até agora a receptividade tem sido boa”, afirma Carla Verdasca, presidente da UDIPSS Leiria, sobre a adesão das instituições associadas à iniciativa.

Tendo as tempestades de janeiro causado bastantes estragos e custos acrescidos às IPSS, “o principal objetivo é transmitir às IPSS que, no meio de qualquer tempestade, quem trabalha e está no terreno a cuidar, merece reconhecimento e que deve continuar a acreditar na missão que tem em mãos”, defende Carla Verdasca, sublinhando a importância da passagem da Chama da Solidariedade pelo distrito, porque “é levar aos utentes um abraço de esperança e de luz”.

Por outro lado, a dirigente considera que a passagem da Chama pode servir de chamada de atenção para o que se passou em janeiro e para a situação das instituições afetadas.

“Sim, o objetivo também passa por ser um momento em que as IPSS afetadas pela tempestade possam manifestar as dificuldades ainda sentidas e as necessidades que apresentam”.



E sobre esta matéria, as novidades não são as melhores mais de seis meses passados.

“A recuperação dos danos causados tem sido lenta e preocupante. Continuamos com infraestruturas danificadas, sem previsão de arranjo, com dificuldades financeiras, com preços elevadíssimos de materiais e com escassez de mão de obra”, conta a presidente da UDIPSS Leiria.

Com as instituições a ficarem demasiado tempo sem fornecimento de energia elétrica foi necessário recorrer a geradores. A isto acresceu a conjuntura internacional que levou a um grande aumento do preço dos combustíveis, o que afetou muitos serviços que dependem de transporte, como o SAD. Entretanto, o Governo decretou um apoio extraordinário aos combustíveis de 600 euros por instituição.

“É insuficiente face aos gastos mensais de muitas IPSS em combustível”, atalha Carla Verdasca.

A pouco menos de dois meses da passagem da Chama da Solidariedade por Leiria,



a líder da UDIPSS deixa uma mensagem às IPSS do distrito de Leiria.

“Quero aproveitar para agradecer a todos os que diariamente trabalham e lutam para

que nada falte aos utentes das IPSS. Num momento de crise, como foi o da tempestade que tanto afetou o distrito de Leiria, houve união e solidariedade de colaboradores, voluntários, órgãos sociais, de todos. A Chama da Solidariedade será um momento de esperança, reconhecimento, de encontro entre pessoas, de estar, de partilha com quem está nas IPSS”, afirma, dirigindo-se às demais instituições do país: “As dificuldades e necessidades das IPSS são comuns. Diariamente chega-nos mais uma situação, mais uma preocupação, mas é isso que nos faz continuar e persistir. Quando olhamos para todas as respostas sociais e para a importância das mesmas, quando pensamos em todos os utentes, quando reconhecemos o trabalho de quem diariamente cuida, quando refletimos no papel dos órgãos sociais e quando analisamos os contextos das IPSS temos a certeza que são cruciais para a vida de tantos. Por isso, vamos continuar, vamos acreditar no dia de amanhã, vamos ter esperança no caminho”.

EXECUÇÃO DAS OBRAS DO PRR

Governo rejeita discriminação do Sector Social

O Governo rejeitou qualquer discriminação do sector social na execução do Plano de Recuperação e Resiliência, afirmando que as regras de “conclusão substancial” dependem das metas e do estado das obras, após críticas da CNIS, que enviou uma carta ao primeiro-ministro a pedir esclarecimentos.

Numa nota de esclarecimento enviada à Agência Lusa, os Ministérios da Economia e da Coesão Territorial e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social afirmam que as declarações sobre uma alegada discriminação dos equipamentos sociais “não refletem a realidade da execução do PRR”.

O esclarecimento surge depois de a CNIS, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade ter enviado uma carta ao primeiro-ministro, Luís Montenegro, a manifestar indignação pela exclusão dos equipamentos sociais do conceito de “conclusão substancial” previsto numa orientação técnica relativa à execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A CNIS tinha pedido ao Governo que esclarecesse se as obras de equipamentos sociais poderiam beneficiar da mesma flexibilidade aplicada a outros investimentos, defendendo que a execução de 90% do investimento previsto, mesmo sem conclusão integral da obra, deveria ser suficiente para cumprir as metas do PRR.

Na sequência da posição da CNIS, o PS considerou também “inaceitável” o que classificou como um tratamento discriminatório do sector social, exigindo que creches, lares e outros equipamentos promovidos pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social fossem abrangidos pelas mesmas regras.

O Governo contrapõe que a Meta 3.4 do PRR, relativa ao alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, prevê a criação ou renovação de pelo menos 28 mil vagas e que a informação disponível aponta para o cumprimento integral dessa meta até 31 de agosto. “Nestas circunstâncias, não existe necessidade de recorrer ao mecanismo de conclusão substancial para demonstrar o cumprimento da Meta”, sustentam os ministérios.

O Executivo explica que a conclusão substancial é uma solução excecional aplicável a determinadas metas cuja redação foi alterada na “Decisão de Execução do Conselho”, permitindo considerar materialmente executados projetos que ainda tenham trabalhos residuais por concluir.

O Governo distingue, por isso, os projetos necessários ao cumprimento das metas do PRR dos projetos adicionais. Depois de asseguradas as 28 mil vagas previstas na meta 3.4, os projetos sociais que não estejam concluídos dentro do prazo do PRR e não sejam necessários para demonstrar o cumprimento da meta serão analisados ao abrigo das condições contratuais aplicáveis.

Segundo o Executivo, estão a ser ponderadas “as soluções alternativas mais adequadas” para garantir a conclusão e financiamento desses projetos, considerando que esta questão é diferente da aplicação do conceito de conclusão substancial.

Os ministérios rejeitam ainda que o mecanismo exclua ou discrimine o sector social, lembrando que a Meta 1.46 da componente da Saúde, relativa às unidades de saúde e à rede de cuidados continuados, inclui situações de conclusão substancial e abrange projetos promovidos por IPSS. “Não existe qualquer discriminação entre sectores”, afirmam,

defendendo que as diferenças resultam das regras específicas de cada marco e meta, negociadas com a Comissão Europeia em função das características dos investimentos.

A diferença de tratamento, acrescentam, depende do estado de maturidade das obras e do grau de cumprimento das metas, e não da natureza jurídica dos promotores.

O Governo recorda ainda que o Conselho de Ministros aprovou em julho um diploma que prevê um regime especial no âmbito do Portugal 2030 para operações promovidas por beneficiários públicos e pelo sector social e solidário cujo financiamento tenha sido revogado ou cessado no âmbito do PRR.

A medida permitirá, em condições excecionais, integrar essas operações no Portugal 2030, procurando assegurar a continuidade de investimentos relevantes para objetivos de interesse público.

A CNIS alertou para o risco de devolução de verbas devido às dificuldades de execução, enquanto o PS acusou o Governo de discriminar o sector social e defendeu a alteração das regras.

A CARTA

A Direção da CNIS decidiu reagir junto do Primeiro-Ministro por causa da exclusão dos equipamentos sociais do conceito de “conclusão substancial” das obras do PRR. Assinada pelo presidente da Confederação, Lino Maia, foi enviada uma carta dando conta da indignação da entidade que representa as IPSS a propósito da não inclusão dos equipamentos sociais na Orientação Técnica publicada pela Estrutura de Missão Recuperar

Portugal na última reprogramação do PRR.

A CNIS pretendia que o governo esclarecesse que a realização de 90 por cento do valor previsto, ainda que as obras não estejam concluídas, seja suficiente para que a Comissão Europeia dê por cumpridos os marcos e as metas estabelecidos nos equipamentos sociais como creches, estruturas residenciais para pessoas idosas, os centros de dia e os demais investimentos promovidos pelas IPSS no âmbito do PRR.

A CNIS já tinha informado o Ministro da Economia e da Coesão Territorial, Castro Almeida, de que as IPSS estavam a enfrentar dificuldades de execução decorrentes dos constrangimentos do aumento brutal dos custos de construção, da contratação pública e da escassez de mão-de-obra.

A CNIS pretende que não haja uma ostracização injusta das Instituições Sociais se não for considerada a mesma flexibilidade concedida a instituições da saúde, habitação, alojamento estudantil e às escolas. A exclusão das IPSS da flexibilização dos prazos do PRR pode significar a devolução de todo o dinheiro já utilizado.

A carta enviada solicitava ao Primeiro-Ministro intervenção junto da Estrutura de Missão Recuperar Portugal para que houvesse um esclarecimento urgente e cabal sobre se “o conceito de conclusão substancial é igualmente aplicável aos investimentos em equipamentos e respostas sociais promovidos pelas IPSS; e, não o sendo, que fundamento justifica a exclusão do sector social e solidário - e que medidas serão adotadas para a corrigir, mediante a revisão da orientação técnica ou a emissão de nova orientação que expressamente contemple estas tipologias.”

PR PROMULGA “VOLTAR A CASA”

Programa responde a internamentos sociais nos hospitais

O Presidente da República, António José Seguro, promulgou o regime jurídico do programa “Voltar a Casa”, um mecanismo que visa combater os internamentos por razões não clínicas, criando residências de transição e promovendo o regresso ao domicílio de doentes com alta médica. O programa Voltar a Casa tem a marca indelével da CNIS e, nas palavras de Lino Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, “tem o engenho, a arte, a sensibilidade e a dedicação de todos os dirigentes, de todos os assessores e de toda a equipa técnica da CNIS. Não posso esquecer ninguém, mas não posso esconder ou ignorar o mérito da Drª Maria João Quintela, que para além do grande contributo que deu, no Parlamento defendeu o programa com o entusiasmo e com a competência que todos lhe reconhecemos”.

O chefe de Estado deu luz verde ao diploma aprovado em junho no parlamento, na sequência de um projeto de lei do PS que dividiu as bancadas. O PSD e o CDS-PP, partidos que suportam o Governo, bem como o Chega e a Iniciativa Liberal, votaram contra; a restante oposição, nomeadamente o Bloco de Esquerda, o PCP, o PAN e o Livre, alinharam com os socialistas a favor da medida.

Na origem da iniciativa está um problema que o diretor executivo do SNS, Álvaro Almeida, já levava ao hemiciclo no início de junho, quando revelou que, no final de maio, se contavam 3.536 pessoas em situação de alta protelada. Destas, 1.339 mantinham-se internadas por ausência de resposta social ou familiar, 1.358 aguardavam vaga na rede nacional de cuidados continuados integrados e 513 dependiam de uma decisão ao abrigo do regime jurídico do maior acompanhado.

O programa agora promulgado estrutura-se em várias frentes. Prevê a criação das chamadas residências de transição, unidades para acolher até dez pessoas com alta clínica, onde a permanência pode estender-se até dois anos, consoante a avaliação técnica de cada processo. Mas a intervenção não se esgota aí, incluindo também cuidados de saúde e apoio social em equipamentos residenciais, serviços de apoio domiciliário ou respostas de transição, sempre com a preferência por soluções que evitem o afastamento do utente do seu meio habitual.

O diploma aponta ainda à redução dos reinternamentos evitáveis, ao combate à institucionalização desnecessária e à promoção da autonomia e da qualidade de vida, segundo os seus defensores. Uma

outra medida operacional prevê a criação de uma Bolsa de Reserva de Vagas, a contratuar entre a Segurança Social e as entidades do sector social, no quadro do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário. O Governo fica também incumbido de definir um apoio financeiro destinado à adaptação de espaços e à aquisição de equipamentos, para ampliar a oferta de vagas nas estruturas residenciais para idosos e nas novas residências de transição.

A entrada em vigor do regime jurídico fica, contudo, dependente da aprovação do Orçamento do Estado para 2027, o que coloca a sua aplicação prática nos próximos meses. O programa “Voltar a Casa” representa, na ótica dos proponentes, uma tentativa de aliviar a pressão sobre os hospitais e, simultaneamente, devolver às pessoas o direito a uma recuperação fora do ambiente hospitalar, sempre que clinicamente possível. Ainda assim, a divisão política em torno da matéria ficou patente nos votos contrários da direita e da IL, que criticaram, em sede de discussão, a falta de estudos de impacto financeiro e a eventual sobrecarga para os municípios e as instituições particulares de solidariedade social, num tema que toca as competências partilhadas entre o Estado central e as autarquias.

COMBUSTÍVEIS

Candidaturas para apoio extraordinário até dia 28 de agosto

O IMT – Instituto da Mobilidade e Transportes publicou, no passado dia 16 de julho, o regulamento relativo ao Decreto-Lei n.º 80-A/2026, de 31 de março, que estabelece as condições de atribuição do apoio extraordinário destinado a mitigar os efeitos do aumento do preço dos combustíveis nas entidades do Sector Social Solidário.

As candidaturas decorrem até ao dia 28 de agosto do corrente ano, em formulário próprio disponível no website do IMT.

O apoio estabelecido é de 600 euros por instituição com acordo de cooperação na área da ação social.

Qualquer contacto relativo a este apoio deve ser realizado para o email apoioscombustiveis2026@imt-ip.pt, indicando no título o número do diploma a que se refere (DL n.º 80-A/2026).

SISTEMA VAGA

Atualização das frequências em creche tem novas ferramentas

Na sequência dos trabalhos em curso entre a CNIS e o Instituto da Segurança Social (ISS) no âmbito do sistema VAGA, a CNIS informa as instituições associadas da nova funcionalidade da plataforma para criação de subcontas de acesso, bem como disponibilização de vídeo sobre como atualizar os contadores dos lugares disponíveis e ocupados.

As instituições podem agora criar subcontas de utilizador, permitindo que diferentes profissionais da mesma resposta social disponham de acessos individualizados à aplicação, de acordo com as suas funções.

Por outro lado, um dos principais constrangimentos na utilização da plataforma está na necessidade de atualizar os dados relativos aos lugares disponíveis e ocupados, sejam abrangidos ou não abrangidos por acordo de cooperação.

Após dar saída das crianças que não vão



frequentar a creche e de alterar o tipo de vaga das que vão continuar a frequência, retirando cada uma delas do tipo heterogénea para ainda não anda, anda e tem menos de 2 anos, ou tem 2 ou mais anos, é necessário atualizar os «contadores» dos lugares em acordo de cooperação e dos lugares não abrangidos

pelo acordo de cooperação, tal como consta do manual de apoio, a partir da página 22. A não atualização destes dados – nas informações do acordo, vagas da resposta social, vagas reservadas à SS e utentes não abrangidos – impede a inserção de novas crianças.

Recorde-se, que as instituições tinham que inserir estes dados até ao passado dia 15 de julho, no entanto, as falhas no sistema e a falta de apoio técnico dos serviços da Segurança Social não permitiu o cumprimento deste prazo por todas as instituições.

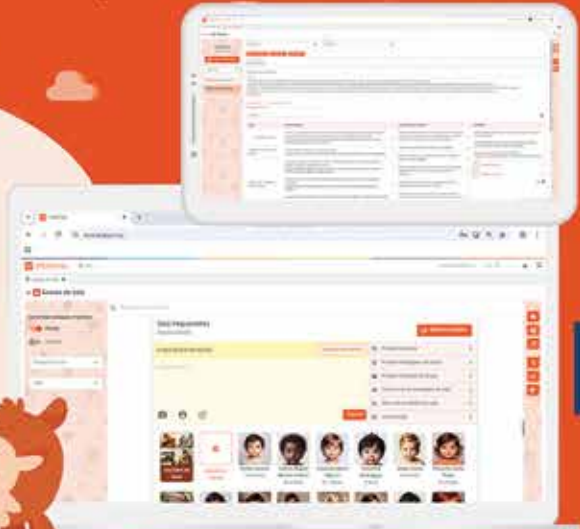
Como tem sido reiteradamente comunicado pela Confederação, até existir alteração do enquadramento legislativo atual mantêm-se as regras relativamente aos processos de inscrição na resposta social Creche, continuando cada instituição a aplicar os procedimentos em vigor no respetivo regulamento interno para a gestão desses mesmos processos de inscrição/renovação da inscrição.



**– BUROCRACIA
+ TEMPO PARA EDUCAR**

CONHEÇA O eSOCIAL INFÂNCIAI

- Planificação simples e integrada
- Bloco de Notas para registar o que realmente importa
- Avaliação automática com base no que regista
- Comunicação segura e privada com as famílias



participe no

HEALTHi TALKs

by F3M

Espaço de partilha

Diálogo aberto e construtivo sobre os principais desafios enfrentados pelas instituições

Partilha de experiências e reflexão conjunta sobre práticas de sucesso

Melhoria contínua na prestação de cuidados



saiba mais em www.f3m.pt

FUNDAÇÃO IRENE ROLO, TAVIRA

«Projeto Cuida-Me-Te» apresenta resultados “muito positivos”

Entre abril de 2025 e junho de 2026, a Fundação Irene Rolo promoveu o «Projeto Cuida-Me-Te» cuja intervenção desenvolvida é considerada “muito positiva”, tendo já acompanhado 43 cuidadoras e cuidadores formais e informais do concelho de Tavira. Lançado com o objetivo de promover a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida de quem presta cuidados a pessoas idosas, pessoas com deficiência ou em uma situação de dependência, o projeto desenvolveu uma abordagem integrada, combinando acompanhamento psicológico, literacia para a saúde, contacto com a natureza, expressão artística e atividade física.

Na avaliação levada a efeito pela instituição e divulgada no final de julho, o «Projeto Cuida-Me-Te» teve um impacto positivo na promoção da saúde mental e do bem-estar psicológico dos cuidadores, revelando uma evolução favorável, que é evidenciada na diminuição do Índice Geral de Sintomatologia (IGS) em 22 cuidadores, um indicador que reflete a redução

do sofrimento psicológico.

Sendo ainda resultados parciais, estes demonstram a relevância de “uma intervenção centrada no autocuidado, na gestão do stress, na partilha de experiências e na criação de redes de suporte entre cuidadores”, refere a avaliação.

Entre abril de 2025 e junho de 2026, o projeto dinamizou 147 sessões individuais, 26 oficinas de literacia para a saúde, 32 caminhadas terapêuticas, 41 sessões de EcoRia Terapia em grupo, 66 horas de oficinas artísticas e seis atividades desportivas.

O projeto promovido pela Fundação Irene Rolo integra ainda nove outras IPSS e entidades locais, como a Associação Âncora, a Associação O Pontão, o Centro Social e Paroquial de Santa Maria, a Associação em Contacto, a Santa Casa da Misericórdia de Tavira, o Agrupamento de Escolas D. Manuel I, a Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira e ainda a empresa AFM – All Finance Matters.



Apesar do balanço agora divulgada, o «Projeto Cuida-Me-Te» prossegue, mantendo as inscrições abertas para todos os cuidadores formais ou informais que residam ou exerçam atividade profissional no concelho de Tavira.

O projeto tem o propósito de alcançar os 100 cuidadores até março de 2028, pelo que as pessoas interessadas podem obter inscrever-se através do Gabinete de Projetos da Fundação Irene Rolo, pelo telefone 964 990 972.

LAR LUÍS SOARES DE SOUSA, PONTA DELGADA

Instituição assinalou 150 anos de atividade e pede mais apoio

No passado dia 23 de julho, o Lar Luís Soares de Sousa assinalou 150 anos de atividade, uma “marca a generosidade de muitas pessoas de Ponta Delgada e da ilha” de São Miguel, segundo Noé Rodrigues, presidente da instituição.

Ao longo do último século e meio, a instituição atravessou alguns momentos difíceis em termos financeiros, especialmente nas últimas décadas.

A instituição conseguiu recuperar a sua estabilidade financeira através da coexistência de dois regimes de financiamento: o privado e o protocolado com o Instituto de Segurança Social do Açores (ISSA).

Noé Rodrigues sublinhou que o regime privado tem compensado o desequilíbrio financeiro gerado com o protocolado com o Estado.

“O custo médio de uma cama por idoso na instituição, como noutras instituições, é superior a 2.200 euros por mês. No regime protocolado, recebemos uma verba que ronda os 1.400 euros por mês. Ou seja, há uma diferença sempre de 800 euros por mês entre aquilo que nós recebemos dos utentes do regime protocolado para o custo real de cada utente”, explicou, lembrando que o montante de 2.200 euros inclui os

custos para os salários, alimentação, água, eletricidade, lavandaria, higiene e restantes despesas de funcionamento da instituição.

“A atualização dos protocolos tem sido sempre numa percentagem ínfima relativamente à equiparação do aumento do custo normal de vida”, sustentou o dirigente, acrescentando: “Nós não temos, como têm outros sectores, água a preço especial, eletricidade a preço reduzido, o IVA a preço reduzido, nem o gasóleo a um preço especial”.

Noé Rodrigues não esqueceu os profissionais que cuidam dos idosos e que devem ser mais bem remunerados.

“Quem trata dos nossos idosos devia ser mais dignificado. Portanto, devíamos ter um regime que valorizasse os trabalhadores de apoio a idoso. O que nós temos não é um regime de valorização do trabalho ao idoso”, afirmou Noé Rodrigues, lembrando que a instituição procura sempre formas para melhorar as condições dos trabalhadores, como a organização dos turnos, apoio suplementar em épocas especiais e regime de rendas sociais.

“As pessoas que trabalham todos os dias do ano, fins de semana, a toda hora aqui, precisavam de ter o reconhecimento público que não



têm”, sublinhou.

Com os olhos no futuro, a instituição abraçou o projeto de recuperação e transformação do Solar da Glória, situado na freguesia do Livramento, numa ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) com 20 camas.

Noé Rodrigues avançou que as obras no Solar da Glória estão avançadas, lembrando que são obras financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, por isso,

têm de estar concluídas até 31 de agosto deste ano.

Por outro lado, face às longas listas de espera, mesmo com o Programa «Novos Idosos», Noé Rodrigues lembrou que a instituição espera ver aprovado um projeto para a criação de um Centro de Dia e 22 camas de descanso do cuidador num edifício adjacente à sede social, um investimento que ronda os dois milhões de euros.

PRESIDENTE DA CNIS NA TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA UIPSS MADEIRA

Cooperamos com Estado, devemos apoiar

Uma comitiva da CNIS, composta pelo presidente, padre Lino Maia, vice-presidente, Eleutério Alves, e dois elementos do Departamento Técnico, Filomena Bordalo e Mafalda Jesus, deslocou-se à Madeira onde, ao longo de dois dias, teve diversas reuniões de trabalho, não apenas com instituições madeirenses, mas igualmente com alguns governantes regionais, e apadrinhou a tomada de posse dos novos órgãos sociais da União das IPSS regional para o quadriénio 2026-2029.

Na sessão, que decorreu no passado dia 20 de julho, no auditório da Escola da APEL, no Funchal, a que assistiram também a secretária Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, Paula Margarido, pela presidente do ISS Madeira, Nivalda Gonçalves e diversos dirigentes de IPSS da Região Autónoma da Madeira, o padre Lino Maia lembrou que “as IPSS não são empresas e não devem esquecer a sua missão, que é para com os mais carenciados”, reforçando: “Cooperamos com o Estado, não reivindicamos uma autonomia total. Devemos apoiar o Estado e ter o apoio do Estado”.

De seguida, o presidente da CNIS frisou que “a proteção social não é um direito universal inscrito na Constituição da República, mas era importante a sua consagração como direito universal”.

O padre Lino Maia indicou que as IPSS a nível nacional apoiam 900 mil pessoas, sendo 300 mil idosas, “por isso, é necessário, cada vez mais, envolver a Saúde” no trabalho de ação social que as instituições desenvolvem.

Depois de lembrar que “a sustentabilidade é uma preocupação permanente” de todas as IPSS, sublinhando que “é necessário implementar justiça nas instituições, que não estão a praticar justiça com os seus trabalhadores”, repetindo que “a empresarialização é um risco, porque nos desvia da nossa missão”.

Ainda durante a cerimónia que reempossou Maria do Céu Carreira como presidente da UIPSS Madeira para o quadriénio 2026-2029, Paula Margarido relevou a importância da União na Região, cujo “papel é absolutamente decisivo, sendo uma voz credível e um parceiro exigente, mas construtivo”.

“Hoje renovamos um compromisso com uma causa que atravessa gerações e une todos os que aqui estamos: cuidar das pessoas. É, por isso, com enorme satisfação que me associo a esta cerimónia, em representação do Presidente do Governo Regional”, afirmou.

Dirigindo-se à reempossada presidente, Paula Margarido considerou que “a sua recondução constitui um inequívoco reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo do mandato anterior e da confiança que as instituições



continuam a depositar na sua liderança”, acrescentando: “Ao longo destes anos, encontrámos em si uma interlocutora leal, exigente e construtiva. A sua capacidade de diálogo, aliada ao profundo conhecimento do sector, tem contribuído para reforçar a cooperação entre a UIPSS Madeira e o Governo Regional, sempre em benefício das instituições e, sobretudo, das pessoas que elas servem”.

Para a secretária Regional, “aceitar esta missão é aceitar uma responsabilidade exigente, porque quem aceita dirigir uma instituição social não assume apenas responsabilidades de gestão, assume a responsabilidade de honrar a confiança que tantas pessoas depositam na entidade”.

MISSÃO

“É esse espírito de missão que quero, antes de mais, reconhecer”, sustentou Paula Margarido, deixando uma palavra de incentivo aos novos órgãos sociais: “Estou certa de que este novo mandato será marcado pelo mesmo sentido de missão, dedicação e compromisso com o Sector Social Solidário”.

Depois, dirigindo-se ao presidente da CNIS, a governante começou por dizer que “há pessoas que exercem cargos e há pessoas que deixam um legado”, acrescentando: “O seu percurso demonstra que a solidariedade não é

apenas uma missão, é uma forma de estar na vida. A Madeira agradece-lhe o apoio constante às nossas instituições e a voz firme com que, ao longo dos anos, tem dignificado o Sector Social Solidário”.

Numa palavra às instituições, Paula Margarido começou por lembrar que “a Madeira dispõe de uma rede de 89 Instituições Particulares de Solidariedade Social, das quais 71 trabalham em estreita cooperação com o Instituto de Segurança Social da Madeira”, considerando que “são números importantes, mas, mais importante do que os números, é aquilo que eles representam”.

“Representam uma rede de instituições presente em praticamente toda a Região. Uma rede construída por dirigentes, trabalhadores e voluntários que, todos os dias, transformam a solidariedade em ação. É por isso que o Governo Regional vê nas IPSS verdadeiros parceiros estratégicos. Não apenas porque executam respostas sociais, mas porque conhecem as pessoas, conhecem as famílias, conhecem cada comunidade. E sabem que nenhuma política pública será verdadeiramente eficaz se não chegar à vida concreta das pessoas, se não transformar a vida dessas pessoas”, afirmou, terminando: “Vivemos tempos de grande mudança. Mudam as sociedades, mudam as famílias, mudam as necessidades, mas há valores

que não mudam. O cuidado. A solidariedade, a capacidade de olhar pelo outro. É isso que as IPSS representam e é, por isso, que continuarão a ser indispensáveis. As IPSS distinguem-se pelas pessoas que servem e pelas pessoas que cuidam. Enquanto esse espírito de missão continuar vivo, tenho a certeza de que o futuro da solidariedade na Madeira continuará a ser um futuro de esperança”.

Já Maria do Céu Carreira, no discurso de arranque de mais um mandato à frente da UIPSS Madeira, começou por salientar a firmeza da nova equipa: “No mandato que agora se inicia, conscientes do compromisso que assumimos e atentos às necessidades das IPSS, queremos ir mais longe, isto é, queremos fazer mais e, no aplicável, queremos fazer melhor, porque os desafios que se colocam às instituições são múltiplos, muitas vezes complexos e, em crescendo, inesperados”.

A terminar, a presidente da UIPSS Madeira citou o poeta Daniel Faria: “Não acredito que cada um tem o seu lugar, acredito que cada um é um lugar para os outros”.

SECRETARIA REGIONAL

A cerimónia de tomada de posse foi antecedida por um encontro matinal com a adjunta do gabinete da secretária Regional da Saúde, Carla Baptista, onde também marcaram

poiar o Estado e ter o apoio do Estado



presença, para além dos elementos da CNIS, alguns dos novos elementos da Direção da União das IPSS da Madeira.

Na reunião, os dirigentes sociais instigaram a Secretaria Regional da Saúde a ter um papel mais ativo e articulado com o sector social, para além de terem abordado o momento da a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados na Madeira, as altas sociais e ainda a situação dos cuidadores informais. Houve grande troca de informação e o compromisso de uma maior cooperação entre todas as entidades.

Seguiu-se, na manhã do dia seguinte (21), um longo encontro na Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude com Paula Margarido, que contou também com a presidente do ISSA, Nivalda Gonçalves.

No final do encontro, a secretária Regional

considerou a reunião muito proveitosa, considerando que “a CNIS é um parceiro inestimável e insubstituível no que diz respeito às nossas IPSS”.

“Nesta reunião estivemos a auscultar a CNIS sobre os trabalhos que estão a ser feitos no continente e fomos alertados para iniciativas que estão a acontecer no continente e que estão a descurar as regiões autónomas”, afirmou Paula Margarido, que acrescentou: “A CNIS alertou-nos para isso e para nos fazermos acompanhar dessas iniciativas, com as nossas idiossincrasias, para que as nossas regiões não fiquem esquecidas”.

A demorada reunião serviu ainda para a governante regional “auscultar a CNIS sobre os projetos em curso na Madeira e para aproveitar toda a experiência e trabalho que a CNIS tem

para nos dar o seu contributo a fim de que as nossas respostas sejam ainda mais adequadas, porque a CNIS tem desenvolvido um vasto trabalho, ao longo dos anos, em especial em prol dos mais desfavorecidos”.

E estes são, para Paula Margarido, os grandes destinatários do trabalho da Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude: “Esta Secretaria trabalha para todos todos, mas especialmente para os mais fragilizados estejam eles em que fase da vida estiverem”.

“Foi uma reunião muito produtiva e saímos todos muito mais enriquecidos, porque é toda esta troca de experiências que nos fortalece”, terminou.

LIVING CARE

A derradeira jornada da CNIS na Madeira

aconteceu na Living Care, uma IPSS que emprega 407 funcionários, distribuídos por duas ERPI, situadas em Câmara de Lobos, com 60 utentes, e na Bela Vista, com 180, e ainda uma unidade de cuidados continuados integrados de Longa Duração e Manutenção, com capacidade para 260 utentes e que “está sempre cheia”.

Inspirada no modelo da RNCCI do continente, a REDE, como é designada na Madeira tem as suas especificidades.

Perceber melhor como funciona a resposta na Região Autónoma foi o grande propósito da reunião, com os elementos da comitiva da CNIS a recolher informação para o trabalho que está a desenvolver para melhorar a resposta.

Dois dias de intenso trabalho na recolha de informação e apoio e fortalecimento da UIPSS Madeira.



UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE CASTELO BRANCO

Concurso «Melhor IPSS 2026» com candidaturas abertas até 30 de setembro

A União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS) de Castelo Branco abriu candidaturas para o concurso «Melhor IPSS 2026», “uma iniciativa que pretende reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido pelas instituições associadas no distrito”, explica a União numa nota enviada ao SOLIDARIEDADE.

O período de candidaturas decorre até ao próximo dia 30 de setembro, estando a participação reservada às IPSS associadas da UDIPSS Castelo Branco.

O concurso tem como principal objetivo destacar as boas práticas, a inovação e o impacto social das instituições, premiando aquelas que se evidenciem pela qualidade

dos serviços prestados e pelo contributo relevante para o desenvolvimento social das comunidades onde atuam.

Considerando que a iniciativa assume “um papel estratégico na valorização do sector social, Alcina Cerdeira, presidente da Direção da União sublinha: “As IPSS desempenham um papel absolutamente essencial na coesão social do nosso território. Com este concurso, queremos reconhecer o mérito, dar visibilidade ao trabalho desenvolvido e incentivar a partilha de boas práticas entre instituições”.

A dirigente destaca ainda que o impacto destas organizações vai muito além das respostas sociais tradicionais: “Estamos a falar de instituições que diariamente fazem



a diferença na vida das pessoas, muitas vezes com recursos limitados, mas com uma

enorme dedicação e capacidade de inovação”.

O regulamento do concurso encontra-se disponível para consulta nos canais oficiais da UDIPSS Castelo Branco, onde podem ser conhecidas todas as condições de participação e critérios de avaliação.

As instituições interessadas deverão reunir toda a documentação exigida no Regulamento e remetê-la para o endereço eletrónico da UDIPSS de Castelo Branco até ao dia 30 de setembro de 2026, data limite para a apresentação das candidaturas.

“Queremos que todas as nossas associadas vejam neste concurso uma oportunidade de mostrar o seu trabalho. Cada candidatura é também uma forma de dar voz às comunidades que servem”, lê-se na nota.

COMUNIDADE VIDA E PAZ, LISBOA

Instituição lança campanha de angariação de fundos para assegurar trabalho das equipas de rua

A Comunidade Vida e Paz lançou uma campanha para angariar 50.000 euros destinados a assegurar a atividade das equipas que todas as noites apoiam mais de 500 pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa.

A 4.ª campanha «Alimente Uma Volta» pretende assegurar a atividade das equipas voluntárias de rua da Comunidade Vida e Paz, que percorrem a cidade de Lisboa para apoiar mais de 500 pessoas em situação de sem-abrigo.

A Comunidade Vida e Paz alertou para a falta de financiamento público, indicando que atualmente o custo diário das rondas noturnas está nos 1.060 euros, “valor que inclui a preparação das ceias, o apoio técnico

e logístico, combustível e outros recursos indispensáveis ao funcionamento desta resposta”.

“É com enorme preocupação que assistimos ao aumento das necessidades no terreno sem que exista um reforço do financiamento”, refere a diretora-geral da Comunidade Vida e Paz, Renata Alves, citada num comunicado enviado às redações.

Renata Alves afirma ainda que, quando faltam recursos, não está apenas em causa a distribuição de uma ceia, mas também um acompanhamento de proximidade que, “para muitas pessoas, representa a primeira oportunidade de iniciar um percurso de saída da situação de sem-abrigo”.

Com o mote «Tudo muda quando se dá a volta», a campanha permite apoiar a Comunidade Vida e Paz, o que pode ser feito no sítio da instituição na internet.

No ano passado, a organização distribuiu 179.550 ceias, com 419.902 euros, sendo este o custo total das equipas voluntárias de rua da Comunidade Vida e Paz, segundo o comunicado.

De acordo com o relatório de atividades e contas de 2025, as equipas voluntárias de rua, constituídas por 672 voluntários, distribuídos por quatro equipas, acompanharam, em Lisboa, uma média diária de 503 pessoas.

Segundo o relatório, as problemáticas dominantes apresentadas pelas pessoas em

situação de sem-abrigo contactadas pelas equipas estiveram associadas, na maioria, a comportamentos aditivos, alcoolismo e/ou toxicod dependência, a problemas de saúde mental, falta de suporte familiar e social, desemprego e problemas legais.

A Comunidade Vida e Paz apoia pessoas em situação de sem-abrigo, ou em situação de vulnerabilidade social, ajudando-as a recuperar a sua dignidade e a reconstruir o seu projeto de vida, através de uma ação integrada de prevenção, reabilitação e reinserção.

Em 2024, foram contabilizadas 3.122 pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa, segundo o balanço de 2025 do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA, VIZELA

Autarquia atribui 140 mil euros para requalificação do Lar Casal do Telhado

O Centro Social e Paroquial de Santa Eulália vai receber um apoio financeiro extraordinário de 140 mil euros da Câmara Municipal de Vizela para a realização de obras de requalificação e modernização no Centro Comunitário e Lar Casal do Telhado.

O protocolo de colaboração foi assinado pelo presidente da Câmara Municipal de Vizela, Victor Hugo Salgado, e pelo presidente da instituição, padre José Fonseca Lemos, formalizando o apoio destinado a financiar intervenções de conservação, nomeadamente a substituição do

sistema de climatização e a adaptação da central técnica do equipamento social.

A intervenção visa reforçar a eficiência energética das instalações, modernizar os equipamentos e garantir melhores condições de conforto, segurança e bem-estar aos utentes.

O Centro Social e Paroquial de Santa Eulália tem desenvolvido, ao longo dos anos, respostas de apoio social dirigidas à comunidade, prestando serviços nas áreas da infância e da terceira idade, como o Centro Comunitário e o Lar Casal do Telhado.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhorar a qualidade dos seus serviços e aumentar a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.



EDITAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS



SERVÍCIOS PLATEIAÇÃO



RETRABALHO EDITORIAL



RETRABALHO FÍSICO E DIGITAL DE EVENTOS



RENDIMENTO



REVISÃO E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALUMINUM



SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ELÉTRICA



LOGÍSTICA



DESENVOLVIMENTO E INOVATION



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

www.trivalor.pt

UNIDADE OPERATIVA TRIVALOR-SCS-GA

ROA DA UNIVERSIDADE 20- 2705-075 CAMARQUE
TEL: 201 408 000 / 201 408 000
FAX: 201 408 000 / 201 408 000
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

ASSODREC, TONDELA

ERPI e Centro de Dia inaugurados em Parada de Gonta

No passado dia 26 de julho, a nova ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) e o novo Centro de Dia da Associação Social, Desportiva, Cultural e Recreativa de Parada de Gonta (ASSODREC) foram inaugurados, depois de um investimento de 1,4 milhões de euros.

A nova sede da ASSODREC está agora instalada no antigo Solar da Fonte Figueira, localizado no centro de Parada de Gonta. O edifício, que chegou a pertencer à família de Tomaz Ribeiro, sofreu uma profunda remodelação e ampliação para albergar as diversas valências da instituição.

A ERPI tem uma capacidade para 27 idosos, estando, desde já, lotada, enquanto o Centro de Dia, capaz de receber até 20 utentes, é, para já, frequentado por apenas quatro utentes.

Estas duas novas respostas sociais juntam-se ao SAD (Serviço de Apoio Domiciliário) que atualmente apoia 26 utentes, tendo ainda vaga para mais seis.

Com a abertura das duas novas valências, a instituição quintuplicou o número de postos de trabalho, passando de sete para 35 trabalhadores.

“Hoje o que celebramos aqui não é apenas a inauguração oficial do edifício. Celebramos um sonho que ganhou paredes, ganhou vida e alma. Este é, sem dúvida, um dia histórico para Parada de Gonta e, atrevo-me a dizer, para todo o concelho de Tondela. Com a abertura da nossa ERPI e do Centro de Dia completamos um projeto que começou há muitos anos, quando a nossa sala, já em funcionamento desde 2005, nos mostrou que esta comunidade merecia muito mais. Merecia um espaço onde os nossos idosos fossem cuidados com dignidade, carinho e respeito”, afirmou Manuel Riquito, presidente da ASSODREC, que agradeceu ainda ao Município a ajuda atribuída, assim como a todos os beneméritos, destacando os emigrantes radicados nos Estados Unidos da América e no Canadá: “Quero agradecer de coração cheio à senhora presidente da Câmara, que nos momentos financeiros mais críticos, quando tudo parecia desmoronar, nos estendeu a mão, que acreditou, quando poucos acreditavam, que disse vamos em frente, quando o caminho parecia fechado”.



A cerimónia de inauguração contou com as presenças da presidente da Câmara Municipal de Tondela, Carla Antunes Borges, dos vereadores

Francisco Fonseca, Miguel Torres e Fernando Sousa, da presidente da Assembleia Municipal, Cristiana Ferreira, do vice-presidente do

Instituto da Segurança Social, Telmo Antunes, e ainda do diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, Joaquim Seixas.

ACUREDE, POMBAL

Autarquia pombalense investiu, instituição vai gerir nova creche

A ACUREDE – Associação de Promoção Social, Cultural, Recreativa e Desportiva da Guia, através de um acordo de cooperação celebrado com a autarquia de Pombal, vai gerir a nova Creche do Grou, que disponibiliza 42 vagas, num investimento camarário de 468 mil euros.

O acordo resultou da auscultação de todas

as IPSS do concelho que possuem condições de desenvolver esta valência.

“Se não tivesse sido a vossa força intrínseca do acreditar neste projeto por parte da ACUREDE, de quererem ajudar a concretizá-lo, nós não estaríamos aqui hoje”, afirmou Pedro Pimpão, presidente da Câmara

Municipal de Pombal, na cerimónia de inauguração, no passado dia 27 de julho, enaltecendo a importância da obra, “que é muito relevante para a Guia, para Pombal e para a região, porque contribui para a coesão territorial e social”.

A nova creche do Grou nasceu da iniciativa da autarquia de criar duas novas creches no

concelho, através de um investimento de cerca de um milhão de euros, que coloca à disposição das famílias 84 novas vagas.

“São cerca de 13% daquelas que são as nossas necessidades do distrito das ofertas em creche”, num total de 864 vagas existentes em várias instituições da rede social, afirmou Pedro Pimpão.

CASES - COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO DA ECONOMIA SOCIAL

Manuel de Lemos é a personalidade do ano da Economia Social

Já são conhecidos os premiados da XV edição do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, que, em 2026, assinala uma edição particularmente significativa, marcando o encerramento de um ciclo de reconhecimento público do trabalho e do mérito, da inovação e da solidariedade no seio da Economia Social em Portugal. Nesta última edição, o

Prémio assumiu um formato mais concentrado, compreendendo três categorias: Inovação e Sustentabilidade, Trabalhos Jornalísticos e Personalidade do Ano.

Recorde-se que o Estado decidiu retirar da CASES, criando uma enorme indefinição quanto ao futuro da Cooperativa.

PREMIADOS

Categoria Inovação e Sustentabilidade (subcategoria Inovação Social e Comunitária: Vencedor - Just a Change; Menções honrosas - Espaço T, Associação Mais Proximidade e Associação Calioásis.

Categoria Inovação e Sustentabilidade (subcategoria Transição Ecológica, Digital e Modelos Sustentáveis): Vencedor - Associação

Viver Telheiras; Menções honrosas - Rizoma Cooperativa Integral e Cooperativa Integral Minga.

Categoria Trabalhos Jornalísticos: Vencedor - Mafalda Gameiro, da RTP.

Prémio Honra Personalidade da Economia Social 2026: Vencedor - Manuel de Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas.

Crónica

Henrique Rodrigues

Presidente do Centro Social de Ermesinde



“Um verão assim...”

1 - A meio do Verão, a estação não merece este ano o epítome de “silly season” com que a imprensa costuma baptizar o mês de Agosto, associando as férias às frivolidades que o lazer potencia e preenchendo o espaço das notícias com banalidades e “faits-divers” – que também fazem falta, para descomprimir.

Na verdade, normalmente, chega Agosto e o País mete férias, informando-nos os jornais – ao invés dos debates parlamentares e dos tacticismos de bastidores, que ao longo do ano nos esclarecem sobre o rumo da Pátria –, onde a classe política passa férias, que livros leva para ler no remanso das praias, o que cozinham os dirigentes partidários, de par com as chamadas “entrevistas de vida” e questionários proustianos, que nos desvendam a face oculta e familiar de quem nos governa, procurando mostrar-nos uma familiaridade postiça, para que sintamos que os famosos “são como nós”.

(Não são, como é sabido!)

Este ano, não! Não há leveza que nos distraia do mau estado do País.

E os incêndios, que com regularidade trazem o luto e os danos, arruinando vidas e fazendas, viram o seu triste protagonismo acompanhado de alguns dossiers pesados do domínio da nossa vida pública colectiva.

O Governo está sob forte pressão, por alguns temas que lhe não correram de feição: uns, por decorrerem de fragilidades próprias de um Governo minoritário; outros, por idiosincrasias relativas a certas personalidades que o integram.

As vicissitudes por que passou a proposta de alteração da lei laboral, até ao chumbo no Parlamento, bem como o diploma que criou a prestação social única, integram o primeiro grupo, o dos riscos próprios de governos minoritários.

Propositadamente ou não, o Governo deixou consolidar a ideia de que a reforma laboral era hostil

aos trabalhadores, visando enfraquecer os direitos da parte estruturalmente mais desprotegida da relação laboral – e era-o deveras; mas o saldo negativo, essa ideia de hostilidade, permaneceu, sem a contrapartida das virtualidades que o Governo conferia à reforma, dado o chumbo parlamentar.

E, quanto à PSU, ficou também a ideia de que se pretendia poupar na soma dos 13 subsídios unificados na nova prestação, pela anunciada diminuição das fraudes – quando se sabe que alguma da informação governamental sobre a dimensão da fraude era actualmente inexacta, misturando prestações contributivas e não-contributivas; e que o Presidente da República não admitirá que, por via da regulamentação da Prestação, nenhum utente actual de qualquer dos 13 subsídios não-contributivos extintos tenha, com o novo modelo, uma perda real das prestações actualmente recebidas.

A posição do Presidente da República é também a posição do PS, que, essencial para a aprovação

da medida no Parlamento e para se receber o financiamento do PRR, acaba assim por fazer vingar o seu entendimento sobre tema tão emblemático – e por retirar os respectivos dividendos.

2 – Já quanto ao que não tem corrido de feição ao Governo, por idiosincrasias de alguns elementos que o compõem, não se pode fugir do impacto avassalador do processo dos exames nacionais do final do ensino secundário e dos sucessivos desenvolvimentos relativos aos mandatos do Ministro da Administração Interna na Direcção da Polícia Judiciária, com novos pormenores a aparecerem diariamente na imprensa.

Quanto aos exames, que é matéria mais urgente, a crónica do mês passado já expõe o que penso do assunto: quer quanto ao desmembramento das provas e distribuição de cada uma por vários correctores, quer quanto aos incidentes e ineficiências que marcaram a inovação que o MECI pretendeu introduzir no ano em curso e que tanto perturbou o normal procedimento dos exames e do acesso ao ensino superior.

Há, todavia, fundamento para um novo olhar, suscitado pela posição tomada pelo Presidente da República, de que não será tolerável que, no final do processo, haja alunos tratados de forma desigual – e prejudicial – relativamente a outros alunos.

Ora, há pelo menos uma circunstância, que não vejo ter sido objecto

de debate, de que resulta haver necessariamente tratamento desigual, e que é a seguinte:

Encontra-se confirmado pelo MECI que muitas das notas dos exames na 1ª fase não correspondiam à efectiva prestação escrita dos alunos.

Foi o caso, designadamente, de alunos cuja prova enviada para correcção não continha as chamadas folhas complementares, por estas terem sofrido descaminho para provas de outros alunos, diversos dos que as haviam redigido.

(Esta anomalia apenas se verificou por causa da inovação que foi o fraccionamento das respostas, o que impediu o exame integral de cada prova por um corrector.)

Assim, um aluno que deveria ter a nota de, por exemplo, 14,5 valores, correspondendo ao que havia efectivamente respondido, acabou por ter a nota de 10, porque só uma parte da prova foi objecto de classificação.

Foram milhares as ocorrências deste tipo, reconhecidas pelo Ministério da Educação.

O MECI tem razão ao alegar que os alunos assim prejudicados tinham uma forma de corrigir o lapso do Ministério e obter a classificação justa, pedindo a reapreciação da prova de exame, na medida em que os serviços do MECI poderiam vasculhar nos arquivos, à procura das folhas em falta para uma classificação íntegra, restituindo-as à prova a que pertenciam.

Mas é de crer que, assim como muitas folhas complementares fugiram das provas a que pertenciam, as

mesmas, ou outras tantas, foram parar a outras provas, de outros alunos, a que não diziam respeito, e objecto de classificação – classificação essa que veio aumentar a classificação das provas para onde migraram tais folhas complementares.

Assim, é crível que, tal como poderia um aluno ter feito uma prova para 14,5 valores e só ter obtido 10 valores, poderia simetricamente um outro aluno ter feito uma prova para 10 valores e tenha obtido 15, por força de parte da resposta feita por um colega – e não por si.

Esta realidade, quantificada, não a conhecemos.

Na verdade, enquanto os alunos prejudicados pela migração das folhas complementares requereram a reapreciação das provas de exame em formato integral, tal não é crível que tivesse acontecido aos que foram beneficiados – que tiveram uma nota superior à que esperavam e que, por isso, não pediram reapreciação das provas respectivas.

Suponhamos agora que, quer o aluno que teve 10 e que devia ter tido 14,5, quer o que teve 15 e devia ter tido 10 apresentam candidatura ao mesmo curso superior.

Em função do contingente fixado por cada Faculdade para cada curso e da nota mínima de ingresso, pode suceder que o aluno que devia ter tido 10 valores entra; e o que devia ter tido 14,5 não entra.

Creio que foi a pensar em situações como as descritas que, quer a Ordem dos Advogados, quer o Conselho de Reitores propuseram a suspensão do procedimento de exames e do acesso ao ensino superior, para regularização de todas as situações irregulares decorrentes do novo formato dos exames – como, por exemplo, a reclassificação de todas as provas, mesmo que isso implique baixa das classificações já afixadas.

Assegurando a igualdade efectiva de todos os candidatos, como manda a Constituição e como estipula o Presidente da República.

3– O MAI fica para a próxima.

Recordo apenas que uma Ministra da Administração Interna que tinha toda a competência para um bom desempenho do cargo foi precocemente destituída, sem qualquer responsabilidade sua, por iniciativa do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa.

Trata-se de Constança Urbano de Sousa.





**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30

Parceiros Representativos

19

Parceiros Principais

5.800

Produtos Distribuídos

4.800.000

€ por Ano

120.000

Terceiros, Vias
de Abastecimento de Alta
Qualidade

175 M €

Conversões

100%

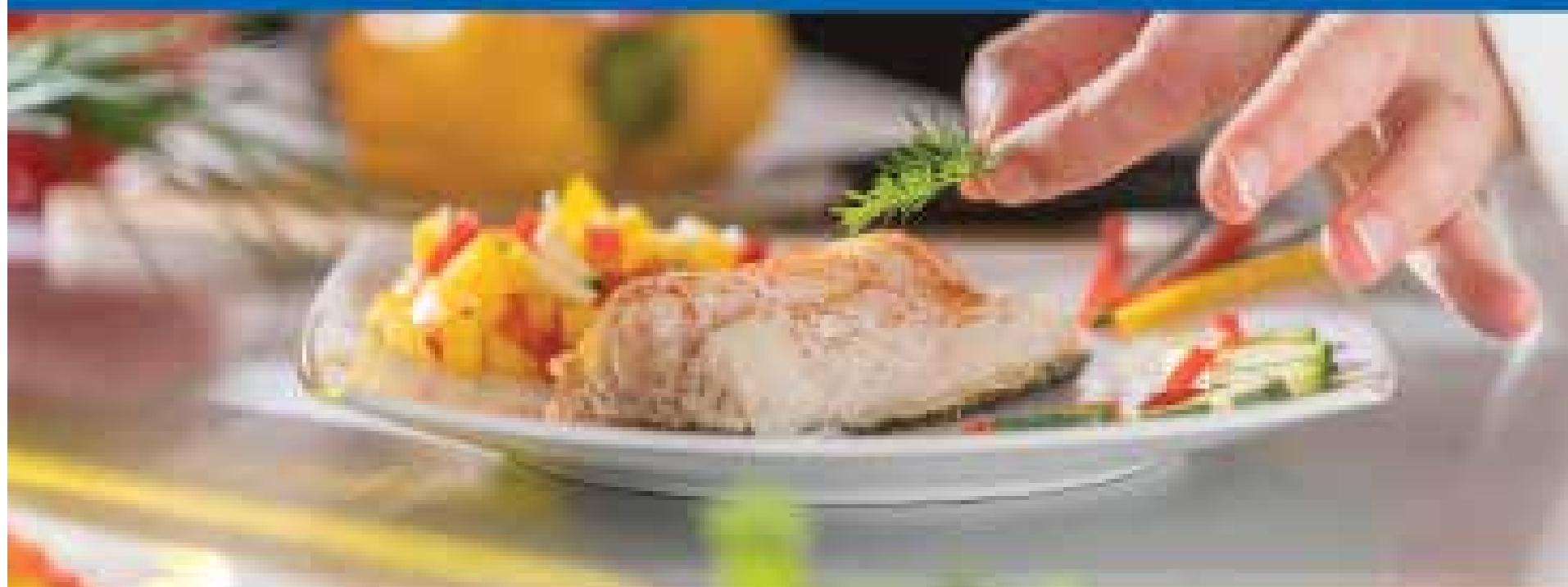
Cobertura Nacional
e Rede Internacional Agenciada
e integração com a Rede
ACIS, Euroco e América

+24.000

Plataformas administrativas
e de distribuição

8

Plataformas Logísticas
Lisboa, Porto, Braga,
Coimbra, Alentejo, Algarve,
São Miguel e Terceira e Madeira



LISBOA: 215 001 888
ALGARVE: 303 404 000
PORTO: 303 404 000

COVILHÃ: 215 000 400
VISEU: 303 430 400
MADEIRA: 215 000 000 / 913 100 000

SÃO MIGUEL: 215 000 000
TERCEIRA: 215 000 000
www.sogemave.pt



Associação Portuguesa
de Comércio e Indústria
de Alimentos

TRIVIALOR
VALOR 360

PRESIDENTE DA REPÚBLICA PROMULGA PSU

Chefe de Estado adverte para que não haja diminuição da proteção social

O Presidente da República, António José Seguro, promulgou o regime jurídico do programa “Voltar a Casa”, um mecanismo que visa combater os internamentos por razões não clínicas, criando residências de transição e promovendo o regresso ao domicílio de doentes com alta médica. O programa Voltar a Casa tem a marca indelével da CNIS e, nas palavras de Lino Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, “tem o engenho, a arte, a sensibilidade e a dedicação de todos os dirigentes, de todos os assessores e de toda a equipa técnica da CNIS. Não posso esquecer ninguém, mas não posso esconder ou ignorar o mérito da Drª Maria João Quintela, que para além do grande contributo que deu, no Parlamento defendeu o programa com o entusiasmo e com a competência que todos lhe reconhecemos”.

O chefe de Estado deu luz verde ao diploma aprovado em junho no parlamento, na sequência de um projeto de lei do PS que dividiu as bancadas. O PSD e o CDS-PP, partidos que suportam o Governo, bem como o Chega e a Iniciativa Liberal, votaram contra; a restante oposição, nomeadamente o Bloco de Esquerda, o PCP, o PAN e o Livre, alinharam com os socialistas a favor da medida.

Na origem da iniciativa está um problema que o diretor executivo do SNS, Álvaro

Almeida, já levava ao hemiciclo no início de junho, quando revelou que, no final de maio, se contavam 3.536 pessoas em situação de alta protelada. Destas, 1.339 mantinham-se internadas por ausência de resposta social ou familiar, 1.358 aguardavam vaga na rede nacional de cuidados continuados integrados e 513 dependiam de uma decisão ao abrigo do regime jurídico do maior acompanhado.

O programa agora promulgado estrutura-se em várias frentes. Prevê a criação das chamadas residências de transição, unidades para acolher até dez pessoas com alta clínica, onde a permanência pode estender-se até dois anos, consoante a avaliação técnica de cada processo. Mas a intervenção não se esgota aí, incluindo também cuidados de saúde e apoio social em equipamentos residenciais, serviços de apoio domiciliário ou respostas de transição, sempre com a preferência por soluções que evitem o afastamento do utente do seu meio habitual.

O diploma aponta ainda à redução dos reinternamentos evitáveis, ao combate à institucionalização desnecessária e à promoção da autonomia e da qualidade de vida, segundo os seus defensores. Uma outra medida operacional prevê a criação de uma Bolsa de Reserva de Vagas, a contratualizar entre a Segurança



Social e as entidades do setor social, no quadro do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário. O Governo fica também incumbido de definir um apoio financeiro destinado à adaptação de espaços e à aquisição de equipamentos, para ampliar a oferta de vagas nas estruturas residenciais para idosos e nas novas residências de transição.

A entrada em vigor do regime jurídico fica, contudo, dependente da aprovação do Orçamento do Estado para 2027, o que coloca a sua aplicação prática nos próximos meses. O programa “Voltar a Casa” representa, na

ótica dos proponentes, uma tentativa de aliviar a pressão sobre os hospitais e, simultaneamente, devolver às pessoas o direito a uma recuperação fora do ambiente hospitalar, sempre que clinicamente possível. Ainda assim, a divisão política em torno da matéria ficou patente nos votos contrários da direita e da IL, que criticaram, em sede de discussão, a falta de estudos de impacto financeiro e a eventual sobrecarga para os municípios e as instituições particulares de solidariedade social, num tema que toca as competências partilhadas entre o Estado central e as autarquias.

PRESIDENTE NA INAUGURAÇÃO DE ERPI EM VISEU

Seguro critica a demissão do Estado no apoio à terceira idade

O Presidente da República, António José Seguro, considerou inaceitável a demissão do Estado na resposta social, nomeadamente no apoio à terceira idade, levando milhares de famílias ao desespero. “É aqui que preciso de ser franco. É inaceitável que o Estado se tenha demitido, em tão larga medida, de responder a esta necessidade que leva milhares de famílias ao desespero”, afirmou o chefe de Estado na cerimónia de inauguração da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) da Associação de Solidariedade Social, Recreativa e Desportiva (ASSRD) de Vila Chã de Sá, em Viseu, com 63 camas.

Seguro fez votos para que os residentes encontrem “muitos momentos de felicidade e uma rotina tranquila” e “longe das inquietações que assombram tantas famílias portuguesas que não conseguem encontrar um lugar digno para quem amam”.

“Portugal é o terceiro país da União Europeia com menos camas por idoso em lares. Temos menos de quatro camas por cada mil pessoas com mais de 65 anos. A média da OCDE é de 41 camas”, afirmou.

António José Seguro lembrou que “muitas residências não têm vagas” e a população “envelhece a cada ano”. “Os preços sobem e, para demasiadas famílias, o custo de um lar aproxima-se, ou ultrapassa, o rendimento de todo o agregado”, disse.



Neste sentido, afirmou que a nova ERPI no concelho de Viseu é “um sinal positivo para toda a comunidade” de Vila Chã de Sá que investiu 4,5 milhões de euros, tendo sido participada em um terço pelo Estado, outro terço foi de fundos próprios e o restante recorreu à banca.

“Mas não podemos esquecer uma verdade que tenho repetido e vou continuar a repetir: não cabe ao setor social substituir-se às responsabilidades do Estado. Milhares de famílias aguardam, dolorosamente, uma resposta. E a tendência é de agravamento de um problema que todos temos o dever de impedir que se transforme numa tragédia geracional”, defendeu o

Presidente.

Para António José Seguro, “cuidar de quem envelheceu é uma das causas que mais” o interpelam enquanto Presidente da República e como “simples cidadão. “Porque há uma coisa que nenhuma sociedade decente pode aceitar: é indesculpável não tratar bem quem nos tratou bem a nós”, acentuou.

O chefe de Estado lembrou que os residentes desta nova estrutura serão pessoas que “criaram filhos, construíram o país, cuidaram das gerações que se seguiram”. “Devemos-lhes, no mínimo, a dignidade de um tempo sereno e acompanhado”, reforçou.

Na sua intervenção, o Presidente da República destacou ainda os 52 anos de existência da ASSRD de Vila Chã de Sá e todo o seu trabalho, destacando previamente que “a solidariedade existe em várias formas, na condição humana ganha uma dimensão ética, filosófica e universal muito mais profunda”.

“Num mundo cada vez mais egoísta, onde tantas relações humanas se esgotam em resultados quantitativos, abraçar projetos solidários merece ser enaltecido”, realçou.

Além da ERPI, com 63 camas e a valência mais recente, a associação tem ainda o apoio domiciliário a cerca de 100 pessoas e 40 crianças em creche.

FICHA TÉCNICA



Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional
das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492
Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:
jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua
da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro
Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca,
Henrique Rodrigues, José
Figueiredo e Paulo Pedrosa

Estatuto Editorial:

[http://www.solidariedade.pt/site/
mostrapdf/13446](http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446)

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp,
220 - Granja 4410-359 Arcozelo -
Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86,
ICS-111333

VIOÊNCIA DOMÉSTICA

Participações às autoridades com aumento de mais de 13%

As forças de segurança registaram um aumento de 13,3% nas participações por violência doméstica entre abril e junho deste ano, com mais de 7.800 casos, tendo sido assassinadas sete pessoas no mesmo período.

De acordo com os dados mais recentes da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), referentes ao segundo trimestre de 2026, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR) registaram 7.871 ocorrências por violência doméstica nos meses de abril, maio e junho.

Este valor representa assim um aumento de 13,3% face ao primeiro trimestre de 2016, quando foram registados 6.949 casos, e uma subida de quase 2% em comparação com o período homólogo, tendo em conta que entre abril e junho de 2025 houve 7.718 ocorrências por violência doméstica.

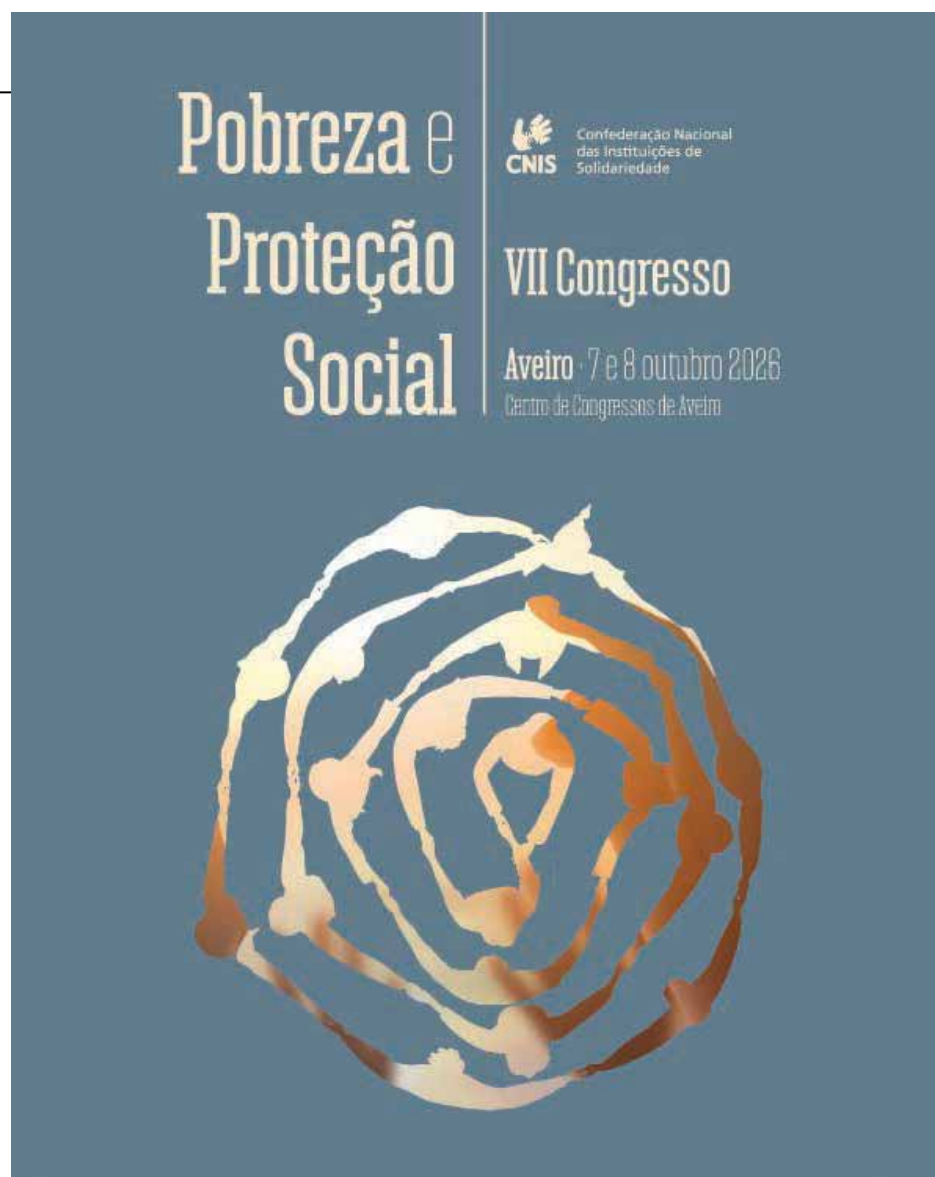
De acordo com os dados da CIG, neste segundo trimestre de 2026 foram assassinadas sete pessoas em contexto de violência doméstica, entre elas cinco mulheres, uma criança e um homem, o que significa mais uma pessoa morta do que entre janeiro e março.

No total dos seis meses já contabilizados, as estatísticas mostram treze pessoas mortas, menos duas do que em igual período de 2025.

Por outro lado, as prisões portuguesas contabilizavam neste segundo trimestre do ano 1.643 reclusos presos pelo crime de violência doméstica, divididos entre 415 pessoas em prisão preventiva e as restantes 1.228 a cumprir pena de prisão efetiva.

Em comparação com o primeiro trimestre, há uma subida, ainda que pouco expressiva (1.607). Já olhando para o período homólogo, é possível constatar um aumento de 12,4%, uma vez que nessa altura estavam presas 1.461 pessoas, 1.066 das quais a cumprir pena efetiva.

Relativamente às medidas de proteção das vítimas, os dados da CIG mostram também que no segundo trimestre de 2026 havia 6.522 pessoas com medida de teleassistência e 1.390 pessoas acolhidas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, entre 681 mulheres, 688 crianças e 21 homens.



Lavandarias Profissionais IPSS

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele